

EDUARDO COELHO E A FUNDAÇÃO DO *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*

JORGE PEDRO SOUSA¹

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt

INTRODUÇÃO

O século XIX foi um período de intensas transformações no jornalismo (Emery e Emery, 1978; Alvarez, 1987; García González, 1999; Sousa, 2008a). Surgiram, nos Estados Unidos e, depois, noutros países, a partir da terceira e quarta décadas de oitocentos, jornais que, perante um cenário onde pontificava a imprensa política, elitista, propuseram ao público um jornalismo alternativo. Este “novo jornalismo” procurava: (1) retomar o espírito noticioso inicial do jornalismo, temperando as notícias com uma linguagem emotiva, sensacionalista e simples; (2) explorar temas sensacionais, embora nem sempre verdadeiros; e ainda (3) defender causas pretensamente “coletivas”, em favor do progresso social, como o fim do trabalho infantil ou o combate ao desemprego. Mantinham, portanto, uma ação política, publicamente apresentada como sendo independente e apartidária e exercida em nome do “povo” e do “bem-comum”. Contudo, a ação política desses jornais muitas vezes ia, sobretudo, ao encontro das intenções políticas dos respectivos donos e mentores.

Com frequência, esses jornais orquestravam campanhas de solidariedade para com as crianças e os mais desfavorecidos. Noticiando-as, revertiam o bem-

¹ Jorge Pedro Sousa, doutor em Ciências da Comunicação, é professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Portugal), membro do ICNOVA (Portugal) e autor de vários livros e artigos sobre jornalismo e comunicação.

-fazer em favor do aumento das tiragens e da circulação. Dirigiam-se a todos os públicos, e não apenas às elites, pelo que, como escreve Schudson (1978: 22-23), alargaram as representações do mundo aos pequenos factos da vida social quotidiana (crimes, incêndios, casos pessoais, competições desportivas, etc.). Também diminuíram o preço por exemplar, apostando em grandes tiragens e na captação de publicidade.

Publicando cada vez menos artigos, ou apenas um artigo de fundo, esses jornais davam mais espaço às notícias e ao cultivo de novos géneros jornalísticos, como a entrevista parafraseada (Nilsson, 1971: 708; Erbolato, 1978: 138.) A reportagem também foi ganhando protagonismo nesses jornais, roubando espaço à opinião, a reboque da tentativa de dar *interesse humano* às notícias e *emotividade sensacional* à linguagem (Stephens, 1993: 505-604).

Essa primeira geração da imprensa popular roubou leitores e receitas publicitárias à imprensa consolidada, que falava, essencialmente, de política, economia e relações internacionais, normalmente sob a forma de artigos, num estilo que podia ir do grave e sério ao panfletário e insultuoso e que era cara, elitista e partidarizada.

O novo e popular modelo de imprensa chegou rapidamente à Europa. Um dos primeiros jornais europeus a enveredar, simultaneamente, pelo estilo noticioso e pela estratégia comercial da primeira geração da imprensa popular norte-americana (primeira geração da *penny press*) foi *La Presse*, surgido em França, em 1836, por iniciativa de Émile de Girardin.

Embora não tenha sido o único jornal europeu a seguir um modelo noticioso-comercial, *La Presse* foi o primeiro jornal europeu-continental independente e direcionado para a satisfação de um público massivo e não para o contentamento de uma elite (o britânico *Times*, por exemplo, converteu-se em representante das classes médias e superiores, conservadoras e instruídas). O jornal francês *Le Figaro*, contemporâneo do *La Presse*, procurou tornar ainda mais leve a informação e mesclá-la com notícias de sociedade, crónicas e folhetins. Foi um caso de sucesso. O modelo do *Figaro*, aliás, foi repetido em grande parte da imprensa de Oitocentos, aglomerando notícias, entretenimento literário (folhetins), opinião e mesmo uma incipiente informação de serviços.

Em França, em 1863, foi fundado por Moïse Polydore Millaud o quotidiano *Le Petit Journal*, que, junto com o jornal noticioso conservador *La Correspondencia de España* (fundado em 1859), serviria de modelo ao *Diário de Notícias*, conforme o reconhece o próprio Eduardo Coelho (*cit. in* Cunha, 1891: 54). O *Petit Journal* teve um enorme êxito ao misturar notícias com reportagens e folhetins, ao lançar um suplemento semanal ilustrado e, ainda, ao organizar competições automobilís-

ticas e ciclistas, que depois cobria em exclusivo. Vinte anos depois do seu lançamento, já tirava um milhão de exemplares diários.

Pode dizer-se que o demoliberalismo político, a alfabetização, a publicidade, a urbanização, os progressos técnicos, a aparição das agências de notícias, a abolição das taxas e de outros entraves ao desenvolvimento da imprensa noticiosa comercial e popular tornou a atividade jornalística num negócio industrial apetecível em toda a Europa, embora os avultados investimentos necessários para pôr um grande jornal a funcionar propiciassem o seu controlo pelos grandes potentados empresariais (cf. García González, 1999; Sousa, 2008a, 2008b).

Em Portugal, pesem embora as tentativas anteriores de edição de jornais baratos, a implementação consequente de um modelo industrial e popular de jornalismo só ocorreu a partir do final de 1864 e princípio de 1865, graças ao lançamento do *Diário de Notícias*, pela mão do jornalista e empresário Eduardo Coelho e do seu sócio Tomás Quintino, empresário de tipografia.

Nesta investigação, metodologicamente assente em pesquisa bibliográfica, documental e hemerográfica, procurar-se-á apresentar a vida e obra de Eduardo Coelho, com especial ênfase na fundação do *Diário de Notícias* e nas reações que este provocou. Pretende-se, por essa via, lembrar a transformação que o jornalismo português sofreu com a chegada do *Diário de Notícias* e caracterizar o discurso deste periódico, realçando o seu carácter noticioso e os seus contornos temáticos e estilísticos.

1. A CONJUNTURA

Quando o *Diário de Notícias* surgiu, Portugal gozava de um período de acalmia e estabilidade política, de relativa paz social e de rotativismo na governação, conhecido por Regeneração. Essa conjuntura favorável impulsionou o crescimento económico, baseado na industrialização e na construção de infraestruturas de transportes e comunicações, nomeadamente no caminho-de-ferro. A Revolução Industrial chegou ao país e isso repercutiu-se no jornalismo, como prova o aparecimento do DN, em 1864-1865.

Nessa altura, se bem que a imprensa doutrinária e combativa, partidária, continuasse a ter um lugar relevante no campo jornalístico português, por causa do rotativismo dos principais partidos no governo (os jornais da oposição, que queria ser governo, combatiam os jornais do partido de governo e vice-versa), alguns empresários portugueses aperceberam-se do lucrativo negócio que constituía a imprensa popular noticiosa, politicamente independente, de

baixo preço e difusão massiva já existente noutros países. Por mão da iniciativa privada, Portugal viu, assim, transfigurar-se o cenário jornalístico. Começaram, então, a reaparecer em Portugal jornais populares noticiosos, direcionados para toda a sociedade, com meios técnicos e financeiros que propiciavam grandes tiragens (à escala do Portugal de então), baixo preço por exemplar (custos sustentados pela publicidade), linguagem clara e acessível, que normalmente não discutiam nem polemizavam, que não seguiam qualquer linha política definida, antes procuravam, principalmente, relatar factos importantes ou simplesmente interessantes, com a verdade e a objetividade possíveis e, por vezes, com sensação à mistura. Com esses jornais, de que o *Diário de Notícias* é o primeiro expoente, inaugurou-se, em Portugal, a fase do jornalismo industrial. A imprensa começou a ser vista, prioritariamente, como um negócio, como uma *indústria* semelhante às demais. Esse modelo foi a matriz para os tempos vindouros.

Com o advento da imprensa industrial, o trabalho nas redações alterou-se substancialmente. As redações “artesaniais” de dois ou três elementos, onde políticos metamorfoseados em “jornalistas” escreviam, maioritariamente, artigos políticos, deram, gradualmente, lugar a redações com várias dezenas de profissionais, nas quais o *repórter* adquiriu importância crescente em contraponto ao “escritor de jornal”. Como *noticiar* era a principal incumbência dos jornais industriais, então as técnicas de redação rapidamente foram contaminadas pela busca da factualidade, pela separação entre informação e opinião, pelo predomínio do objeto sobre os sujeitos que o enunciam (objetividade). Essa opção editorial foi incrementada quer pela omnipresença do telégrafo, que incitava à manutenção de um estilo factual, simples e sintético, quer pela actividade das agências noticiosas, que davam, então, os primeiros passos.

2. EDUARDO COELHO

Foi no ambiente politicamente conturbado, mas jornalisticamente rico, do século XIX, que Eduardo Coelho viveu. O seu percurso de vida, reconstruído por Alfredo da Cunha (1891; 1914) a partir de memórias escritas pelo próprio biografado, é ilustrativo da forma como muitos portugueses ingressaram no jornalismo (e fizeram jornalismo) durante o século XIX. Para uns, como vários políticos que se metamorfoseavam em articulistas e “escritores de jornal” e se intitulavam de jornalistas, o jornalismo era mera ocupação; mas outros, como foi o caso de Eduardo Coelho, tiveram no jornalismo o seu ganha-pão, a sua *profissão*. Uma profissão

sem os contornos legais e deontológicos que hoje possui, mas que já demandava saberes e competências específicos.

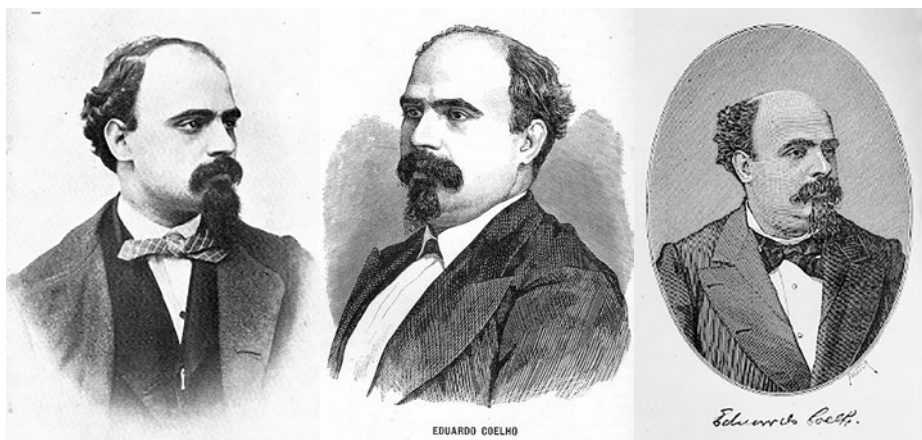


FIG. 1 - Eduardo Coelho em diversas fases da sua vida.

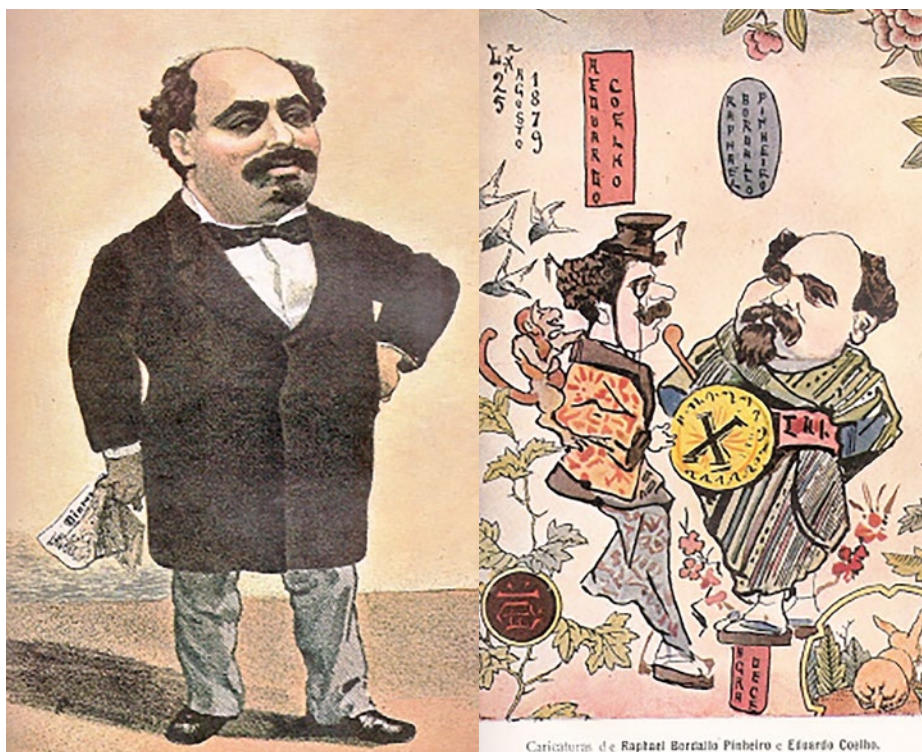


FIG. 2 - Caricaturas de Eduardo Coelho.

Filho de um tipógrafo e industrial de tipografia, aquele que com Tomás Quintino Antunes viria a fundar o *Diário de Notícias* e sido seu primeiro diretor nasceu em Coimbra, a 23 de abril de 1835.

Muitos tipógrafos, na época, eram pessoas cultas e instruídas, autodidatas, politicamente doutrinadas e activas. Seguindo uma tradição que já vinha do tempo dos primeiros editores de gazetas, vários deles igualmente tipógrafos e donos de tipografias, alguns dos tipógrafos oitocentistas faziam intervenção política, redigiam textos para jornais e, não raro, aventuravam-se mesmo pelo mundo das belas letras. Inclusivamente, alguns acabaram por abandonar a tipografia para abraçarem a profissão de jornalistas. O percurso de Eduardo Coelho é um caso típico. Foi a tipografia que o levou a conviver com jornalistas (ou “escritores de jornal”), políticos, escritores e folhetinistas. Aliás, bastantes dos homens de letras e políticos de então colaboravam em jornais, quando não eram, eles mesmos, a sua alma e os seus fundadores. Em última instância, terá sido esse contacto, do qual resultaram, por exemplo, estreitas amizades com o escritor Eça de Queirós e com os políticos Pinheiro Chagas e António Augusto Aguiar, que instigou Eduardo Coelho a fazer carreira como jornalista e escritor. Tinha, no entanto, também exemplos de “jornalistas” na família próxima. A sua queda para o jornalismo e para as letras seria, portanto, genética. Na verdade, Eduardo Coelho habituou-se cedo ao contacto com políticos e jornalistas, ocupações que normalmente se cruzavam. O seu pai, João Gaspar Coelho, amigo do político Casal Ribeiro e do jornalista e escritor Joaquim Martins de Carvalho (do *Conimbricense*), fundou, em 1844, uma tipografia, em Coimbra, a partir da qual lançou o jornal *A Oposição Nacional*, adversário do chefe do governo, Costa Cabral. Nesse jornal, colaborou o escritor e político António Augusto Teixeira de Vasconcelos. Por seu turno, o irmão mais velho de Eduardo Coelho, Adriano Gaspar Coelho, fundou, no Brasil, o jornal *O Cisne* e colaborou em vários periódicos brasileiros. Regressado do Brasil, em 1867, ingressou no DN, como secretário da redação. Também no Brasil, outro irmão de Eduardo Coelho, Abel Maria Coelho, foi, durante catorze anos, redator e proprietário do jornal *O Guarani*, de Uruguaiana, localidade onde também fundou *O Noticioso*.

Órfão de pai aos 13 anos, consumida a pequena fortuna paterna nas lutas políticas em que o progenitor se envolveu, Eduardo Coelho foi mandado para Lisboa, para trabalhar no comércio, pela própria mãe, que não conseguia sustentar sozinha uma prole de onze filhos. Como empregado comercial, publicou, em 1852, uma colecção de quadras de cunho reivindicativo e denunciante, que intitulou *Livrinho dos Caixeiros*. Em 1854, pagou pela publicação do romance bucólico *O Pastor da Floresta* no periódico *Jardim Literário*. Despediu-se, então, do comércio e

passou tempos difíceis. Foi aprendendo a arte da tipografia ajudando a compor, gratuitamente, o jornal *Jardim Literário*, o que lhe permitiu continuar a publicar textos neste periódico. Obteve, enfim, emprego como tipógrafo.

Numa das tipografias em que trabalhou imprimia-se o jornal conservador *O Parlamento*, que vivia, essencialmente, de duas personagens: Luís de Vasconcelos Azevedo e Silva e José de Lacerda. Ocasionalmente, segundo Eduardo Coelho narra nas suas memórias, recolhidas e trabalhadas por Alfredo da Cunha (1891: 33), Lacerda, observada a queda de Coelho para o jornalismo, propunha-lhe a redacção de notícias e artigos. Num deles, Coelho defendeu uma reforma impopular do ministro José Maria Eugénio de Almeida, o que levantou alguma animosidade contra si, mas que também lhe trouxe o agradecimento do governante. Assim, a colaboração de Eduardo Coelho com o jornal tornou-se regular e alargou-se das notícias e dos artigos aos folhetins. Em 1857, concorreu a um lugar de tipógrafo na Imprensa Nacional e obteve a vaga, mas abandonaria o lugar menos de um ano depois, em 1858. Nesse mesmo ano, segundo revela nas memórias recolhidas por Alfredo da Cunha (1891, p. 35), e decerto inspirado nos jornais estrangeiros que conhecia e ainda nos jornais populares portugueses (de dez réis ou cinco réis), Eduardo Coelho congeminou, pela primeira vez, à noite, no seu pequeno quarto arrendado, o lançamento de um jornal noticioso, que se intitularia *Boletim Noticioso*, “jornal de notícias e anúncios a dez réis”. O projecto tornou-se a sua “monomania”, conforme o próprio relata (Coelho, *cit. in* Cunha, 1891: 54).

A partir de 1858, Eduardo Coelho subsistiu, principalmente, do jornalismo, colaborando, como noticiário, editor de correspondência dos leitores e de matérias de correspondentes da província e ainda como crítico de teatro, com jornais como *O Conservador*, *A Gazeta de Portugal* e *A Revolução de Setembro*. Algum rendimento foi também buscar à literatura, como escritor de peças teatrais, romances e folhetins. E ainda obtinha remunerações da assessoria política. Foi, nomeadamente, secretário dos políticos José Estêvão e António Feliciano de Castilho.

Em 1859, Eduardo Coelho tornou-se diretor e redator principal do *Jornal para Todos*, uma pequena revista ilustrada, mas manteve a colaboração com outras publicações, como a *Crónica dos Teatros* e *O Monitor Português*. Foi nessa altura que contractou com o jornal *Correspondencia Española*, que reconheceu ter sido um dos modelos para o DN (Coelho, *cit. in* Cunha, 1891: 54).

Em 1861, convidado por António Xavier Brederode, proprietário da *Revista Contemporânea*, com a qual também colaborava, pôde abandonar o país pela primeira vez. Rumou a Paris, para exercer o cargo de secretário do jornalista e escritor António Augusto Teixeira de Vasconcelos, tendo sido lá que, em 1863, travou conhecimento directo com o funcionamento do *Petit Journal*.

Nesse mesmo ano, Eduardo Coelho regressou a Portugal. Continuou a sua colaboração remunerada em vários periódicos, tendo, nomeadamente, sido nomeado responsável pelo noticiário d'A *Revolução de Setembro*, cargo em que se manteve durante três anos e que muito traquejo lhe terá dado enquanto noticiarista. Registe-se, aliás, que o director do *Revolução de Setembro*, o político e jornalista António Rodrigues Sampaio, nem sequer depois da fundação do DN quis exonerar Eduardo Coelho do cargo de noticiarista do jornal. Por isso, durante algum tempo Eduardo Coelho, já como director do *Diário de Notícias*, viu-se obrigado a acumular os dois cargos, embora contrafeito, conforme relembra nas suas memórias, recolhidas por Cunha (1891: 45).

Mergulhado intensamente no mundo do jornalismo e da política, Eduardo Coelho permaneceu, contudo, partidariamente neutral. Escrevia, essencialmente, notícias ou críticas de teatro, para além de folhetins, e não artigos de fundo.

Em 1864, chegava, enfim, a vez do *Diário de Notícias*. Com pouco capital, Eduardo Coelho conseguiu cativar para o seu projecto o dono de uma tipografia, opção que se revelou de fundamental importância para dar sustentabilidade à empresa nos primeiros tempos. O eleito, que se tornou sócio de Coelho e co-fundador do DN, foi Tomás Quintino, dono da Tipografia Universal, local onde o jornal foi impresso durante vários anos.

Relembra Alfredo da Cunha (1891: 53):

Tendo-se familiarizado com os trabalhos jornalísticos, na assidua colaboração com as folhas periódicas (...), Eduardo Coelho foi quem, em Portugal, primeiro e mais perspicazmente do que qualquer outro, previu o largo futuro de uma empresa de índole inteiramente nova entre nós, como seria a de um jornal noticioso, genuinamente imparcial e independente, cujo preço estivesse ao alcance de todas as bolsas e cujo programa e cujos processos se assemelhassem aos de alguns periódicos estrangeiros de sua particular predileção.

Eduardo Coelho conseguiu dar bases sólidas ao novo jornal, tendo sido seu director até à morte, que sobreveio a 14 de maio de 1889, dia em que também publicou o último artigo no diário que tinha fundado. Antes disso, ainda foi o principal impulsor da fundação da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, primeiro e elitista grémio de “escritores de jornal” que existiu em Portugal, constituída a partir da comissão que organizou as comemorações do tricentenário de Camões, em 1880, e da qual Eduardo Coelho fazia parte e seria mentor e

credor. Essa primeira associação de “jornalistas” portugueses, apesar dos esforços de Coelho, finou-se passados seis anos.

3. O DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O primeiro número do *Diário de Notícias* surgiu a 29 de dezembro de 1864 (número de apresentação). Era um jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (noticiosos), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma, nomeadamente no aspeto (paginação a quatro colunas e não a duas ou mesmo a uma, conforme era habitual), na dimensão (que já era *de jornal*, portanto sensivelmente semelhante aos actuais tablóides, e não mais de panfleto ou livro, como era norma na época) e ainda no preço (dez reis por exemplar, menor quando vendido por assinatura). A sua conceção era empresarial, buscando lucro nas vendas e na publicidade (logo no primeiro número, o jornal anunciava que recebia anúncios a vinte réis a linha). Esta renovada e contemporânea perspectiva do jornalismo noticioso e informativo, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado, essencialmente, como negócio, era, de resto, clara aos olhos dos investidores no projeto, que, na primeira página do primeiro número, anunciavam “Ao Público”:

O *Diário de Notícias* – o seu título o está dizendo – será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo fácil, e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas, literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor. Escrito em linguagem decente e urbana, as suas colunas são absolutamente vedadas à exposição dos atos da vida particular dos cidadãos, às injúrias, às alusões desonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos – para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos.

Todos os países ilustrados possuem publicações deste género, e nomeadamente a Inglaterra, a França, a Bélgica, e ainda a nossa vizinha Espanha, publicações que têm atraído considerável número de simpatias, leitores e subscritores.

A ideia não é pois original nossa, senão imitada ou traduzida, como melhor quiserem, para preencher uma notável lacuna do nosso jornalismo. E os meios de publicação que a empresa do *Diário de Notícias* adopta, embora pareçam singulares, são também uma cópia fiel do que se usa nesses países onde se compreendem e exploram todos os meios de publicidade.

Eliminando o artigo de fundo, que definia o posicionamento político de um jornal; não sustentando polémicas nem discutindo política; eliminando a linguagem quente e, por vezes, ofensiva, suscitada pelas paixões políticas, em favor de uma atitude neutral, cordata, urbana, contida e politicamente independente; procurando registar os acontecimentos factualmente e “com a possível verdade”; oferecendo, com concisão, informações e notícias sobre os quais todos podiam tecer opiniões, em vez de (raramente...) disponibilizar teorias e opiniões prontas a consumir, o *Diário de Notícias* tinha encontrado a fórmula certa para se fincar com sólidas raízes na paisagem jornalística portuguesa.

Alfredo da Cunha (1891: 56), no final do século XIX, já reconhecia no programa do DN uma intenção revolucionária para o jornalismo português, a exemplo do que tinha sucedido em França com a aparição de *La Presse*, de Girardin:

Este programa, simples como agora parece, importava, contudo, por si só, uma completa renovação de princípios na imprensa portuguesa.

Estávamos, na verdade (...), pouco mais adiantados do que se estava em França, no tempo da Restauração, no tempo do jornalismo essencialmente doutrinário, em que eram tão grandes os artigos como pequenas eram as tiragens. Porque ainda efetivamente não havia chegado Girardin, o grande revolucionário da imprensa francesa, e com ele o período em que a literatura e as notícias deviam começar a preponderar nos periódicos, cedendo a política, a pouco e pouco, o passo à reportagem e à crónica.

Que notícias publicava o DN? Notícias sobre um variadíssimo número de acontecimentos (e até de não-acontecimentos) do quotidiano de *todos* os portugueses, particularmente dos lisboetas, e também notícias internacionais, abarcando a

CADA NUMERO 40 RÉIS

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

NOTICIÁRIO UNIVERSAL

PUBLICADO TODAS AS MANHÃS

Proprietários — *Thomas Quintino Antunes, e Eduardo Coelho, Redactor*

PREÇOS DA ASSIGNATURA

LISBOA

Por um mês..... 200 rs.

Tres meses..... 500 rs.

Assigna-se no escritório do jornal

Terreiro da Universidade, Rua dos Calafates, 110

As assignaturas de Lisboa só se recebem por um ou por tres meses

O seu pagamento é adiantado

Recorre-se ao assignador a 20 rs. a linha

PREÇOS DA ASSIGNATURA

PROVINCIAS

(Com estampilha)

Tres meses..... 1075 rs.

A importância das assignaturas das provincias deve ser nominada em valor do correio ao Administrador do Diário de Notícias, na Typographia Universal, rua dos Calafates, 110, onde deve ser dirigida toda a correspondência, ficando a parte. Nas terras onde houver difficuldade em remessa pelo correio, fac-se na em assignatura.

N. 1., PROGRAMMA

QUINTA FEIRA 29 DE DEZEMBRO

4864

EXPEDIENTE

Acceptam-se e agradecem-se informações verbaes ou escriptas sobre quaisquer acontecimentos interessantes da vida publica; occorrencias tristes ou alegres; obras notaveis; descobertas uteis; curiosidades litterarias, artisticas, scientificas, commerciaes ou industriaes; estabelecimentos novos de qualquer genero; tudo, enfim, que possa interessar ao publico em geral, ou ás classes em particular, uma vez que as pessoas que com ellas obsequiarem a empresa lhe assegurem a verdade dessas informaçoes. A empresa aceita e agradece enfim quaisquer indicaçoes que os srs. assignantes julguem uteis ao publico, e á prosperidade do jornal.

Ao Publico

A publicação que hoje empreendemos, convencidos da sua necessidade e utilidade, visa a um unico fim: — interessar a todas as classes, ser accessivel a todas as bolsas, e comprehensivel a todas as intelligencias.

O DIÁRIO DE NOTÍCIAS — o seu titulo o está dizendo — será uma compilação cuidadosa de todas as noticias do dia, de todos os paizes, e de todas as especialidades, um noticiario universal. Em estilo facil, e com a maior concisão informará o leitor de todas as occorrencias interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo á ultima hora todas as novidades politicas, scientificas, artisticas, litterarias, commerciaes, industriaes, agricolas, criminaes e estatisticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute politica, nem sustenta polemica. Registra com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus principios e opinões, o commental-os a seu sabor. Escripito em linguagem decente e urbana, as suas columnas são absolutamente vedadas á exposiçao dos actos da vida particular dos cidadãos, ás injurias, ás allusões deshonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos — para pobres e ricos e ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos. Todos os paizes illustros possuem publicações d'este genero, e nomeadamente a Inglaterra, a França, a Belgica, e ainda a nossa visinha Hespanha, publicações que tem atrahido consideravel numero de sympathias, leitores e subscriptores. A idea não é pois original nossa, senão imitada ou traduzida, como melhor quizerem, para preencher uma notavel lacuna do nosso jornalismo. E os meios de publicação que a empresa do DIÁRIO DE NOTÍCIAS adopta, embora pareçam singulares, são tambem uma copia fiel do que se usa n'esses paizes onde se comprehendem e exploram todos os meios de publicação.

O programma do DIÁRIO DE NOTÍCIAS está posto em acção no seu primeiro numero. A empresa não faz senão uma promessa, e é, que buscará corresponder á confiança publica, e ser grata ao favor com que espera ver acolhida a sua idea, operando gradualmente todos os melhoramentos que a experiencia lhe for aconselhando.

Suas Magestades e Alianças passam sem novidade em suas importantes saudes.

S. Thomaz, arcebispo de Cantuaría. Rito semiduplex. Paramento de cor vermelha. Começa a novena de Nossa Senhora de Jesus.

Lausperenne na igreja dos Ingleses que tem a invocação de S. Pedro e S. Paulo.

Risar da aurora ás 5 horas e 38 minutos. Nascimento do sol ás 7 horas e 17 minutos. Ocaso do sol ás 4 horas e 44 minutos. Primeira maré: preamar aos 6 minutos da manhã; baixamar ás 6 horas e 48 minutos da manhã. Segunda maré: preamar aos 30 minutos da tarde; baixamar ás 6 horas, e 42 minutos da tarde.

S. Thomaz, arcebispo de Cantuaría, nasceu em Londres. Foram seus paes Gilberto Belret e Mathilde, pessoas distintas por virtude e sangue. Mas por vontade propria, do que por conselhos de outros, se fez familiar da Theobaldo, arcebispo de Cantuaría, em cuja privança tanta consideração mereceu, que por suas mãos corriam os negocios mais importantes da curia archiepiscopal. Elevado ao throno de Inglaterra o duque de Normandia e Aquitania, Henrique, o arcebispo o propoz para chancelier d'el-rei, logar que desempenhou tanto a contento que por morte de Theobaldo, e sob proposta regia, foi eleito arcebispo de Cantuaría. Nimiamente empenhado na defesa das immuniidades da igreja, houve de soffrir o odio dos grandes na gerarchia tanto ecclesiastica como civil. D'aqui, a lucta, que, prolongando-se por espaço de seis annos o obrigou a estar outros tantos exilado. Feita a paz por intermedio do papa Alexandre 3.º, o arcebispoahi foi recebido victoriosamente. O rei, que não havia sido estranho ás alludias dissensões, tentou molda-lo ás suas vistas ambiciosas. Resistiu o prelado, até que um dia, — foi a 29

de dezembro de 1174, ha 690 annos, — é procurado por quatro cavalleiros, os quaes sendo expulsos do papa, invadem a igreja onde o arcebispo se refugiara, e ahi o assassinam cortando-lhe a cabeça. A igreja commemora hoje o martyrio do sancto prelado que em vida tanto se distinguio na pratica das virtudes christãs.

No dia 29 de dezembro de 1855 falleceu na ilha Deserta no convento de Bessorá o veneravel fr. Basilio, natural da villa de Santarem. Era homem de muita piedade, e mui esclarecido. Havendo sido do reino foi a Italia receber o habito de carmelita descalço, e d'aali se partiu para a Persia a pregar o Evangelho. Edificou ahi o convento de Bessorá, onde celebrou missa e ensinou os dogmas christãos em tres idiomas — o persico, o arabico, e o turquesco.

Começaram no dia 24 do corrente as ferias do Natal nos tribunales judiciais, e acabam no dia 7 de janeiro. D'esse dia em diante daremos aos nossos leitores conta de todos os julgamentos correctoriaes, e criminaes interessantes, tendo para isso collaborador especial.

O conselho municipal de Chalón-sur-Saone de (França) acaba de votar um subsidio de 120,000 francos (24,000,000 réis) para a construcção do caminho de ferro departmental de Chalón á linha de Sous-le-Saulnier a Bourg. Para a mesma linha ferrea votaram os conselhos municipaes de Louhans e Châteauneuf, o primeiro a somma de 60,000 francos (12,000,000 réis), e o segundo a de 10,000 (2,000,000 réis).

A *Movidade de Mirabeau*, delicada produçao do illustre auctor dramatico francez o sr. Aylie Langlo, que tão applaudida tem sido no theatro do Vaudeville, de Paris, acaba de ser representada com brillante exito no theatro Scribe, de Turim. A segunda representação diz a *Italia*, assistiu a melhor sociedade d'aquella capital. Os artistas foram muito victoriosos.

O illustre professor o sr. Joaquim Theotnio da Silva participou ha pouco á sociedade das sciencias medicas de Lisboa o caso curiosissimo de uma doenca a que os homens da sciencia chamam ataxia locomotriz, e que foi pela primeira vez observada entre nós.

Era o doente um rapaz de 19 annos vindo do Rio de Janeiro a Lisboa, no principio d'esta semestre, de proposito para tratar-se. Este infeliz começou a entregar-se desde muito creança com descommunal excesso aos prazeres sensuaes, e attribue-se a isso a origem do seu mal. Os principios symptomas deste são: — Quando quer andar vacilla, e custalhe a conservar-se em equilibrio. Dado o primeiro passo, anda lançando os pés e as pernas para um e outro lado. Se na casa onde passava estão senhoras ainda lhe custa mais a mover-se. Se não ha luz, ou lhe tapam os olhos, cõe se o não segurarem. Custalhe muito a coordenar todos os movimentos voluntarios. Com um tratamento rigoroso, a medicina não desespera de o salvar.

Uma maravilha da industria humana existe neste momento em poder do rei de Wurtemberg. É um cavallo automatico que executa todos os movimentos que podem exigir-se a um cavallo verdadeiro. Montam-no governam-no, e presta-se a todas as phantasias da equipação. Esta precisão só funciona diante de pessoas de grande intellidude do rei. Era de um bicho deitado que preside a um collaborador desta folha para fazer as suas excursões diarias.

Em a noite de 18 do corrente, diz o periodico *Franco-Gomaz*, deusa-se, junto a Vercel, uma tentativa de assassinio, acompanhada de roubo: Philippe Jeaner, antigo magistrado de Ecosrotte, agente geral da companhia dos seguros, a *França*, que, como portador de uns 5 a 6,000 francos (12,000,000 réis) se dirigia a Vercel, — foi assaltado, no bosque de Chamios, por tres individuos de feia estatura, os quaes, arrojando-o ao chão, lhe comprimiram fortemente as gueltas, e o despojaram de tudo que consigo levava. Chagado a Vercel, Jeaner referiu o caso á justiça, e esta não colheu ainda, que o sabamos, resultado algum das suas pesquisas.

Vae pôr-se á venda a melhor, a mais rica e a mais completa de todas as galerias particulares do França — a celebre galeria Poutalès. — Todos os objectos de arte da melhor colleccao, todos os quadros antigos e modernos, tudo, até as medalhas, se vai pôr em hasta publica, em razão de haver fallecido o seu possuidor o sr. Poutalès-Gorgier. É esta uma nova que alguma sensação deve produzir na Europa artistica, e que deve chamar a Paris muitos amadores.

Progridem as obras do palacio de crystal, do Porto. No dia 24 do corrente concluíram-se as arcarias: ao fechar do ultimo arco, os operarios collocaram-lhe em cima a bandeira nacional.

A ex.^{ma} sr.^a D. commendadeira do real mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação da ordem militar de S. Bento de Aviz, que se achava gravemente enferma, está já convalescente, e começa a experimentar progressivas melhoras.

Fazemos votos pelo completo restabelecimento de s. ex.^a

Na communa de Chevrières (França), uma rapariga de 28 annos deu a luz, em 13 do corrente, uma creança de monstruosa configuração. — Esta creança era composta de dois corpos diferentes, mas unidos pelo ventre e pelo peito, tendo quatro braços e quatro pernas perfectamente desenvolvidas, uma so cabeça, duas caras: uma perfeita, e outra completamente transformada, tendo, todavia, um só olho com duas pupilas. No logar do nariz, tinha um orificio parecido com a bocca; as orelhas, que eram perfitas, estavam pegadas ás faces, mas por baixo dos queijos.

Um dos corpos d'esta creança tinha os orgaos masculinos; no outro, os femininos, ainda que pouco distinctos, pareciam ter femininos O parto foi muito laborioso, e a elle assistiu o facultativo. A creança morreu antes de ser dada ao mundo.

FIG. 3 — O primeiro número do Diário de Notícias.

política e a economia, como era hábito da época, mas igualmente o crime, a sociedade, a vida cultural, etc.

As notícias no DN sucediam-se umas às outras, sem grandes preocupações de ordem ou hierarquia. A primeira notícia do primeiro número-programa dizia respeito à chefia do estado: “Suas Majestades e Altezas passam sem novidade em suas importantes saúdes”. Um não-acontecimento, portanto. Nesta notícia, que se resume a um parágrafo-*lead* (como muitas outras), evidencia-se a mais-valia noticiosa que constitui a referência a pessoas de elite, valor esse que é quase intemporal na cultura ocidental, como o provam as *Atas Diurnas* ou mesmo textos anteriores (Sousa, 2008a: 21-24).

A intenção noticiosa do DN evidenciava-se, também, em várias outras notícias publicadas logo nos primeiros números (e reproduzidas a seguir), algumas de conteúdo administrativo e social, outras de conteúdo económico (é de notar os floreios na linguagem e a polidez com que se tratavam as pessoas, gentilezas perdidas historicamente em favor da noção da “verdade nua e crua dos factos”), mas todas breves e escritas numa linguagem acessível, onde é notória a noção de *lead*. Em algumas delas, dão-se pistas para entender o fluxo nacional e internacional de notícias, como naquelas em que se indicia a consulta da folha oficial e de jornais estrangeiros (citados), o que revela iniciativa dos jornalistas; noutras, repara-se na iniciativa de fontes interessadas, embora, para o caso, não oficiais, que procuram usar o jornal em seu benefício (por exemplo, a queixa de um leitor relativa ao lixo acumulado); e noutras ainda, constata-se a iniciativa de colaboradores do próprio jornal. É interessante observar, igualmente, que em algumas dessas notícias se notam vestígios do género epistolar, que constitui um dos alicerces do género noticioso, como acontece, por exemplo, quando o jornal interpela, directamente, os protagonistas das notícias, para os elogiar, desejar melhoras, etc. Finalmente, é de registar que, mesmo noticioso, o jornal não se coíbe de fazer “intervenção social”, como quando apela à resolução de problemas por parte das autoridades. Vejam-se, então, os seguintes exemplos de notícias, extraídas de vários números do DN (1864-1867):

Em a noite de 16 do corrente [Dezembro de 1864], diz o periódico *Franch-Comté*, deu-se, junto a Vercel, uma tentativa de assassínio, acompanhada de roubo: Filippe Jeanner, antigo magistrado de Ecourotte, agente geral da companhia de seguros, a *França*, que como portador de uns 5 a 6 000 francos (12000\$000 réis) se dirigia a Vercel, foi assaltado, no bosque de Chamois, por três indivíduos de feia catadura, os quais, arrojando-o ao chão, lhe comprimiram fortemente as goelas e o despojaram de tudo que consigo levava. Che-

gado a Vercel, Jeanner referiu o caso à justiça e esta não colheu ainda, que o saibamos, resultado algum das suas pesquisas.

A *Mocidade de Mirabeau*, delicada produção do ilustre autor dramático francês o sr. Aylie Langié, que tão aplaudida tem sido no teatro do Vaudeville, de Paris, acaba de ser representada com brilhante êxito no teatro Scribe, de Turim. À segunda representação, diz a *Italia*, assistiu a melhor sociedade daquela capital. Os artistas foram muito vitoriosos.

Queixa-se um morador da rua do Mirante que num canto dela se junta toda a imundice resultante do despejo de um beco próximo, exalando miasmas tão asfíxiantes que é impossível passar por ali sem sofrer náuseas horríveis. Prevenimos disto a autoridade respetiva.

A Ex.^{ma} Sr.^a D. comendadeira do real mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação, da ordem militar de S. Bento de Aviz, que se achava gravemente enferma, está já convalescente, e começa a experimentar progressivas melhoras. Fazemos votos pelo completo restabelecimento de S. Ex.^a.

Contém hoje a folha oficial alguns decretos de nomeação de empregados das alfândegas. O Sr. Conselheiro Palmeiro Pinto é promovido ao lugar de inspetor das alfândegas e encarregado de continuar a direção da alfândega grande. O Sr. Barão de Vila Cova é promovido ao lugar de inspetor das alfândegas e encarregado de continuar a dirigir a alfândega municipal.

O Sr. José Cândido d'Assumpção, cavalheiro muito ilustrado, foi promovido ao lugar de contador geral da contadoria da Junta do Crédito Público com um decreto muito honroso.

Chegou ao Porto, vindo de Baião, o Sr. general Lobo d'Ávila, irmão do Sr. ministro da Fazenda, e do qual a imprensa tem-se ocupado ultimamente.

A cultura do algodão na Itália aumenta e desenvolve-se a olhos vistos. No ano de 1863 elevou-se a sua receita à enorme cifra de 10 800 contos de reis e a produção da colheita de 1864 calcula-se em 27 mil contos de reis.

Acaba de organizar-se, em Lisboa, uma comissão mista de cavalheiros portugueses e espanhóis para promover os meios de acudir às vítimas da grande inundação que há pouco houve na cidade de Valência (Espanha).

Apesar da ambição noticiosa, também se nota no DN, na tradição do enciclopedismo iluminista e dos almanaques, a vontade de prover à “instrução pública”, mesmo que por detrás estivessem, também, intenções de entretenimento, para cativar o público, incluindo as mulheres. Veja-se, por exemplo, o seguinte texto (que, no jornal, aparecia misturado com as notícias), extraído logo do primeiro número do DN, no qual se evoca, enciclopedicamente, a vida de São Tomás, devido à celebração da sua morte (celebração essa que serve de *cabide e pretexto* para a matéria em causa):

S. Tomás, arcebispo de Cantuária, nasceu em Londres. Foram seus pais Gilberto Belret e Mathilde, pessoas distintas por virtude e sangue. Mais por vontade própria, do que por conselhos de outrem, se fez familiar de Teobaldo, arcebispo de Cantuária, em cuja privança tanta consideração mereceu, que por suas mãos corriam os negócios mais importantes da cúria arcebispcopal. Elevado ao trono de Inglaterra o duque da Normandia e Aquitânia, Henrique, o arcebispo o propôs para chanceler do rei, lugar que desempenhou tanto a contento que por morte de Teobaldo, e sob proposta régia, foi eleito arcebispo de Cantuária. Nimiamente empenhado na defesa das imunidades da Igreja, houve de sofrer o ódio dos grandes da hierarquia tanto eclesiástica como civil. (...) Resiste o prelado, até que um dia – foi a 29 de dezembro de 1174, há 690 anos – é procurado por quatro cavaleiros, os quais sendo expulsos do paço, invadem a Igreja onde o arcebispo se refugiara e aí o assassinam cortando-lhe a cabeça. A Igreja comemora hoje o martírio do santo prelado que em vida tanto se distinguiu na prática das virtudes cristãs.

Apresentando, na realidade, uma proposta de jornalismo com interesse interclassista, sendo assinado e lido pela Família Real mas também pelo povo comum, o sucesso do DN foi enorme, tanto assim que, com uma tiragem inicial de cinco mil exemplares, passados cinco anos já tirava 17 mil, cerca de um terço dos 50 mil exemplares de jornais que todos os dias saíam para a rua em Lisboa (Cunha, 1891: 57-58). Em 1885, tirava já 26 mil exemplares diários e apresentava-se perante o público com mais conteúdos (aumento dos números de letras e linhas)

e mais anúncios, conforme se pode observar pelo quadro seguinte (adaptado dos dados de Cunha, 1891: 58):

	1865	1885
Tiragem diária média	7 300	26 000
Tiragem mínima diária	5 000	26 000
Tiragem máxima diária	9 600	26 000
Número máximo de colunas	16	44
Número máximo de linhas	1 520	11 220
Número máximo de letras	40 000	260 000
Número de anúncios durante o ano	14 402	178 078
Média de anúncios por número	48	490
Mínimo de anúncios por número	4	201
Máximo de anúncios por número	141	686
Números publicados durante o ano	297	362

O quadro anterior revela, em acréscimo, que o aumento da tiragem e, portanto, da circulação, gerou, também, mais anúncios. Estes, por sua vez, trouxeram mais proventos e mais leitores, numa espécie de *círculo venturoso*. A empresa do Diário de Notícias tornou-se sólida e próspera. Consequentemente, tanto despertou invejas e críticas como inspirou imitadores. Cunha (1891: 56-57) reconhece, assim, que o *Diário de Notícias* não foi bem recebido por todos:

É certo que nem todos reconhecem nesta revolução um verdadeiro progresso, e que, bem ao contrário, muitos lhe atribuem o que vulgarmente se chama “a crescente decadência do jornalismo”; mas não é menos certo também (...) que outros filiam essa mesma decadência, por um lado, na exploração da imprensa pelo desenfreado *affarismo* da política e da finança, que a escravizam a interesses pessoais, nem sempre escrupulosos, e por outro, no desbocamento das polémicas jornalísticas (...).

É facto, porém, que do mesmo modo que no jornalismo político e de combate, em Portugal, se perpetuou um nome – António Rodrigues Sampaio – ligado a duas folhas notabilíssimas – *O Espetro* e a *Revolução de Setembro*; do mesmo modo que, no jornalismo literário, avulta a memória do escritor que entre nós o criou (...) – António Augusto Teixeira de Vasconcelos; assim também do jornalismo popular e noticioso, imparcial e morigerado, inofensivo na propaganda e incolor em política, há de ficar (...) um modelo (...) – o *Diário de Notícias* – e um nome – o de Eduardo Coelho (...).

Na verdade, algumas elites viam no jornalismo não uma forma de providenciar informação isenta e independente ao público nem um negócio legítimo, mas sim um veículo de *fazer política* e um *prolongamento dos partidos*. Ora, quando um jornal diferente chegava a todos e lhes roubava a audiência; quando esse jornal falava, com independência, do que lhes era inconveniente; quando ouvia todos por igual e não apenas um determinado partido; quando, mais do que emitir uma opinião sobre um tema, procurava apresentar as diversas posições que existiam sobre ele; quando se tornava, por vezes, uma voz pública, livre e autónoma dos partidos, que, procurando não ofender, mas arrogando-se o direito de representar os cidadãos fora do parlamento, chamava a atenção para os problemas do povo (como a falta de salubridade) e exigia a adoção de medidas², em editoriais³ inseridos na rubrica “Assuntos do Dia” e não em artigos de fundo (o primeiro editorial surge em 10 de setembro de 1868, na rubrica “Assuntos do Dia”, com a assinatura do diretor, e manifesta-se contra a ideia de união ibérica⁴), naturalmente essas elites fizeram sentir o seu ressentimento.

Efetivamente, o *Diário de Notícias*, revelava-se, por vezes, incómodo. Apesar de independente e genericamente noticioso, também procurava, pontualmente, influenciar as políticas governamentais, arvorando-se em “voz dos governados”, tal como aconteceu com a generalidade da imprensa do final de Oitocentos e princípios de Novecentos. Neste exemplo extraído do número de 11 de janeiro de 1904, o jornal exigia mais investimento na marinha de guerra e a reforma do Arsenal:

Na última crónica (...) apelámos para o discurso da Coroa, pois talvez ele nos desse algumas esperanças de regeneração da marinha de guerra (...). [Mas] Da marinha de guerra o que promete não nos anima, com pesar o dizemos.

2 Alfredo da Cunha (1891: 66), que foi diretor do DN, precisa que a neutralidade e a independência política reveladas pelo periódico não o impediam de se posicionar como voz pública “nas questões de princípios, de ordem pública ou de utilidade geral”. Dá os exemplos da defesa da liberdade individual e de imprensa; do respeito pela inviolabilidade das pessoas; da defesa da independência e autonomia do país; da defesa de obras e iniciativas de interesse público, etc.

3 A denominação já é empregue por Alfredo da Cunha (1891). Interessantemente, o autor também já usa a palavra *medium* para se referir a meio de comunicação (Cunha, 1891: 103-104).

4 “É necessário acordar o patriotismo popular adormecido, para que o povo desperte os poderes públicos, porque cada dia parece mais evidente que a pátria corre perigo e que não só a cobiça de estranhos a ameaça e pretende usurpar, mas até alguns degenerados filhos buscam pô-la em almoeda.” A 13 de setembro de 1868, novo editorial contra a união ibérica: “Sigamos, pois os passos aos apóstolos, aos agentes, aos caudilhos do iberismo. E entretanto vamo-nos preparando para as eventualidades. Se os poderes públicos dormirem, não dormirá o povo. Não queremos ser ibéricos, é o grito que anda nos lábios, no coração e na consciência dele”. E ainda, a 13 de fevereiro de 1869, reagindo a um decreto que validava os diplomas do ensino superior português em Espanha, escrevia-se, intervindo o jornal como voz pública: “Amizade franca e sincera, fraternidade íntima entre os dois povos da península, cordiais relações internacionais, protecção mútua ao comércio, à indústria, às ciências e artes dos dois países, para promover conjuntamente a prosperidade de ambos, mas dois reis, dois governos, duas bandeiras, duas histórias, duas famílias, duas nacionalidades, duas autonomias distintas e separadas pela fronteira do direito.”

A reforma do Arsenal é, sem dúvida, necessária, pois que, nos tempos modernos, ainda mais do que nos antigos tempos, é impossível haver esquadras sem haver onde elas se façam e refaçam (...). Conservando-se o Arsenal onde está, nunca ele poderá desenvolver-se como deve e como convém a um Arsenal marítimo moderno (...). Não podemos, nem devemos, ficar sempre à mercê do estrangeiro para as grandes obras.

(...)

Se nos é lícito, lembraremos que a nossa divisão de reserva deveria sair em abril ou maio, ir até ao Mediterrâneo, ou aos portos de Inglaterra, de França e da Alemanha, com o fim de dar ensejo aos oficiais de se ilustrarem pela vista e pelo estudo das marinhas e arsenais estrangeiros.

Não se oponha a ideia de que os navios são pequenos para se apresentarem ante os grandes couraçados daquelas nações. Mostrem-se os nossos navios condignamente, mostrem-se as suas guarnições bem disciplinadas e irrepreensíveis no seu porte, que para o caso é secundário tudo o mais.

A política fugia, assim, cada vez mais, ao espaço “racional” das instituições políticas criadas pelos estados liberais, em especial do parlamento, para se instalar na imprensa, transfigurada em novo espaço público. Consequentemente, ao mesmo tempo que a “nação” se convertia em objecto discursivo, a integração de mais cidadãos, menos cultos, no espaço público e, portanto, nas discussões políticas, devido à força da imprensa, foi prejudicando a coerência e elevação do discurso político (Habermas, 1984).

Face a esse cenário, as elites clamaram, então, conforme muito bem dá conta Alfredo da Cunha (1891: 56), contra a “decadência do jornalismo” que o DN protagonizaria, ao prestar atenção ao crime, a trivialidades sociais e a outros assuntos do quotidiano das pessoas e ao encarar a notícia como mercadoria e o jornalismo como negócio, afastando-se do temário da alta política e da alta finança, mais próprio dos jornais doutrinários consumidos pelas elites.

De qualquer modo, face ao triunfo do modelo do *Diário de Notícias*, relembra Alfredo da Cunha (1891: 59) que logo um mês e meio depois da fundação deste periódico um jornal de Lisboa adotava o subtítulo de *Jornal de Notícias* e procurava imitar o DN. E isso não foi o pior:

Simultaneamente, propalavam-se contra o *Diário* falsidades de toda a ordem (...) e a perseguição chegou a ponto de se pensar em constituir uma liga de todas as administrações dos principais periódicos de Lisboa, com o fim de publicarem uma folha igual ao *Diário de Notícias*, destinada a distribuição

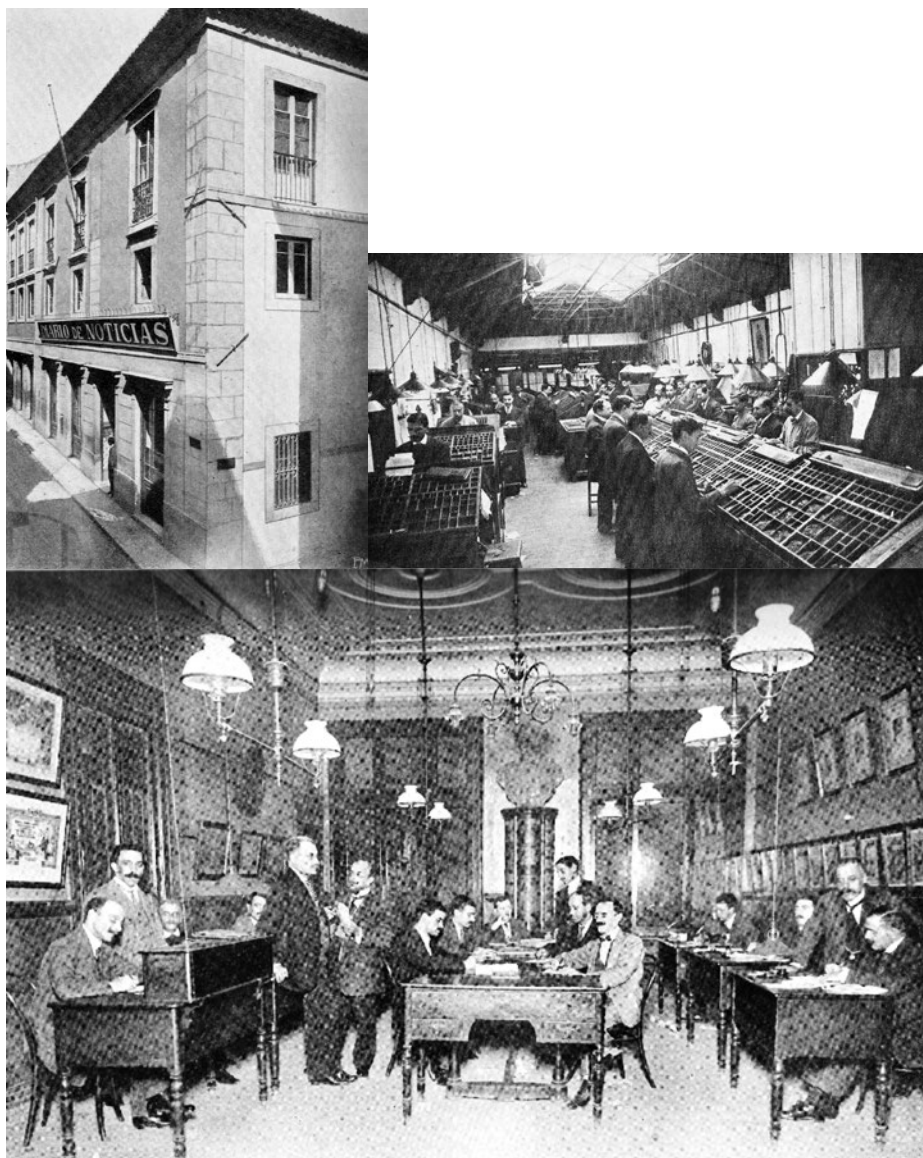


FIG. 4 – Instalações do *Diário de Notícias* no final do século XIX (sede, sala da composição e sala da redação).

gratuita e cujo fim seria aniquilá-lo de vez. Malogrou-se o plano, denunciado pelo correspondente em Lisboa do *Diário Mercantil* do Porto (...), legitimamente classificado de “injusta falta de camaradagem”.

Em 27 de Março de 1866, a empresa preveniu os seus leitores do aparecimento de uma folha (*As Notícias*) “da mesma índole e de título que, pela semelhança, parecia escolhido para se confundir com o do *Diário*, e no dia seguinte noticiava que não só diversas pessoas haviam sido enganadas, mas

até lhe haviam faltado vendedores, que a empresa do outro periódico conseguira assalar, para irem dar morras ao *Diário de Notícias* em frente das janelas dos escritórios. (Cunha, 1891: 60).

Apesar de tudo, era a questão do noticiário que mais irritava as elites, habituadas à polémica destemperada ou, pelo contrário, à séria gravidade do jornalismo doutrinário, que não prestava atenção a temas fora da política, da finança e das relações internacionais. Assim, por exemplo, quando o DN, no seu número 92, anunciava:

Sendo às vezes em extremo doloroso para alguns cidadãos o verem os seus nomes reproduzidos por extenso em notícias de casos policiais, resultado muitas vezes de incidentes inevitáveis, a redação do *Diário de Notícias* resolveu, de agora em diante, pôr apenas as iniciais dos indivíduos que figurarem em casos de mínima importância, e nisto introduz no jornalismo português mais um ilustrado uso seguido há muito pelas principais folhas estrangeiras. A publicação era muitas vezes estímulo e corretivo, mas outras dava um resultado muito diverso e precário.

Uns “condenaram a inovação, “com o argumento de que “dizia de menos”, enquanto outros atacaram o *Diário* com “fundamento na publicidade que dava aos factos, que entendiam não dever chegar, por tal via, ao conhecimento do público” (Cunha, 1891: 91).

Em sua defesa, o *Diário de Notícias* respondia da seguinte maneira aos que o acusavam de dar informação a menos:

Conhecemos uma folha barata que foi muito agredida por ter adoptado o sistema de designar apenas por iniciais, como se faz nas folhas estrangeiras, os operários e pessoas do povo presos por insignificantes delitos, a fim de não ficarem prejudicados (...). Chamaram por isso à tal folha uma folha que defende os *malandros* porque para certas pessoas (...) um pobre é (...) um homem de maus costumes. (*cit. in* Cunha, 1891: 91-92)

Por outro lado, aos que o acusavam de dar informação a mais, o DN recordava:

Nos Estados Unidos, na Inglaterra, em França, na Itália e até na Alemanha, os jornais fazem registo diário, e muitas vezes aparatoso, de todos os crimes (...). A publicidade, disse um pensador, é o juiz (...) de todos os erros e crimes,

de todas as ideias falsas e de todas as acções condenáveis. (...) Esconder as podridões, os vícios e as infâmias não é remediá-las. (...) A publicidade é a verdade, a luz e a instrução. (...) Thévenard escreveu (...): “um dia virá em que a publicidade será o único e o mais cruel castigo das más ações e das más doutrinas. (cit. in Cunha, 1891: 92)

Outra novidade introduzida pelo DN em Portugal foi a implementação de um sistema organizado de recolha de informações para o noticiário, através de uma rede de informadores que se estendia a vários correspondentes espalhados pelo país. Contemporâneo do telégrafo, das agências noticiosas, dos caminhos-de-ferro, o DN, efetivamente, chegava a todo o lado e de todo o lado lhe enviavam informações (tinha correspondentes em várias cidades portuguesas, no Brasil e em Espanha), o que não obstava a que também manifestasse iniciativa ao fabricar informação nova de produção própria. É assim que, por exemplo, se encontra no número do *Diário de Notícias* de 22 de outubro de 1881 um texto que, simultaneamente, se pode classificar como sendo uma reportagem incipiente e uma análise sobre a indústria tabaqueira (aos olhos atuais, politicamente muito pouco correcta, dado o vigor com que defende o tabaco), na rubrica “Assuntos do Dia”:

Inquérito industrial / Fábricas de tabaco

No pouco tempo que resta à delegação de Lisboa para inquirir do estado das indústrias, ela não quis deixar de inquirir este importante ramo de trabalho que em Lisboa dá ocupação a mais de 3000 pessoas, e que, pelo elevadíssimo direito de entrada, contribui com uma verba avultadíssima para as receitas do estado.

Esta indústria é classificada entre as indústrias agrícolas, porque procede da agricultura a folha que serve a sua fabricação, a qual antes de ser transformada em charutos, cigarrilhas, cigarros, tabaco picado e rapés é submetida a uma série de manipulações sem as quais a erva santa de Nicot não teria as qualidades de sabor e de perfume que enamoram o olfato e tornam grato o seu fumo ao paladar.

O fabrico é quase todo manual, fazendo só a excepção algumas máquinas e aparelhos auxiliares, como se deprenderá da enumeração desses aparelhos e máquinas especiais.

Como dissemos, uma fábrica visitada foi a da Companhia Nacional de Tabacos, em Xabregas. Mas possuindo também essa companhia a fábrica de Santa Apolónia, que tem de ser inquirida separadamente, reservamos para depois a breve resenha de ambas, que será como são em geral estas indica-

ções, que de dia a dia temos feito, uma mera indicação da importância desses estabelecimentos.

O visitado ontem foi a Companhia da Fábrica do Tabaco nas barreiras de Xabregas. Este estabelecimento pertence a uma sociedade anónima de responsabilidade limitada e foi fundado em 1875, tendo um capital inicial de 100 contos de réis, sendo 68 capital fixo, além de 180 contos de outra proveniência. O diretor gerente e técnico da fábrica, e que é a alma desta empresa, é o Sr. Joaquim Pedro dos Reis, que foi quem acompanhado de alguns dos seus empregados recebeu a delegação e lhe prestou todos os esclarecimentos que ela pediu dando muitos pormenores interessantes que ficaram arquivados no livro do inquérito.

Deles faremos uso depois de publicados oficialmente com as reflexões que alguns naturalmente suscitam.

O tabaco para esta manipulação vem na sua máxima parte da ilha de Cuba, de vários estados da América do Norte, alguns da Holanda, da Hungria, do Palatinado, etc., podendo algumas qualidades que já se cultivam nas nossas colónias africanas ser aproveitadas com vantagens quando as saibam preparar melhor. Entre as outras matérias-primas para o empacotamento e embalagem há algumas nacionais.

O direito do tabaco que orça com os adicionais por 1\$740 cada quilo sobrecarrega este género com cerca de 6000.0 do seu valor.

A fábrica emprega 2 motores de vapor, 1 da força de três cavalos e outro de 11. São alimentados por 2 caldeiras que representam maior capacidade, tem uma na cuia de fabricar cigarros, aparelho muito engenhoso, mas que não funciona, porque apesar da delicadeza do seu conjunto, estas máquinas ainda não chegaram a resultados concretos; uma máquina para cortar papel, 2 engenhos de picar o tabaco, 2 laminadores para diferentes usos, uma mó, uma galga, uma ciranda, dois secadores, 2 máquinas de fazer pregos, 1 polidor, uma serra mecânica, uma litografia mecânica e outra manual com grande número de pedras litográficas, duas máquinas de fazer molinhos para charutos, mas que agora não funcionam porque o trabalho dos charutos como o dos cigarros também é tudo feito à mão, 1202 formas para charutos, uma bomba hidráulica e uma oficina de serralharia completa, dirigida como o trabalho mecânico por um hábil artista, Sr. José de Maria de Almeida Ferreira Pinto, que aprendeu nas primeiras oficinas de Lisboa e esteve algum tempo estabelecido em Coimbra.

O Sr. Pinto mostrou ali à delegação uma interessante máquina motora a vapor dupla, horizontal, em miniatura formada por peças delicadíssimas,

perfeitamente montada, funcionando muito bem e que não tem em volume mais de 40 centímetros.

A fábrica emprega hoje 77 operários. Já empregou muitos mais, mas reduziu o número, escolhendo os actuais entre os mais habilitados e que melhor produzem. Os salários dos homens orçam pela média de 400 réis e o das mulheres por 280 réis. Há algumas mulheres que tiram férias de 400 réis e homens que as têm de 600 a 800 réis. Tem um fiscal, o Sr. José Cardoso de Andrade, e oito mestres diferentes, que são, por via da regra, saídos dos operários mais inteligentes e mais instruídos.

As férias totais orçam por cerca de 12 contos de réis e as vendas elevam-se a uns 150 contos. Não há nenhuma instituição operária especial, nem de socorro ou previdência.

A fábrica ainda está, pode dizer-se, no seu período de evolução e progresso e a direção conta realizar no seu material melhoramentos compatíveis com os seus recursos.

Além de revelar aspectos interessantes da sociedade portuguesa oitocentista (veja-se, por exemplo, o sexismo salarial), o texto acima evidencia vários aspectos relevantes do jornalismo português do último quartel do século XIX:

- 1) Já havia uma espécie de “jornalismo de investigação” incipiente, sendo de reconhecer a iniciativa jornalística de levar por diante um inquérito à indústria;
- 2) Os temas económicos tinham espaço nos jornais generalistas;
- 3) Embora não seja possível falar da existência de reportagem no sentido atual do termo, é visível que algumas das características da reportagem já se encontram plasmadas nesse texto, como a inserção do relato da vivência do jornalista no próprio corpo do texto, o embelezamento estilístico e a finalidade informativa, pelo que se pode considerar a matéria em causa um exemplo de artigo-reportagem;
- 4) A busca da factualidade informativa (“Este estabelecimento (...) [tem] um capital social de 100 contos de réis”...) casa com a procura de um estilo que satisfizesse e cativasse a audiência (“a erva santa de Nicot não teria as qualidades de sabor e de perfume que enamoram o olfato e tornam grato o seu fumo ao paladar”...), características que o jornalismo conserva;
- 5) Em relação ao jornalismo atual, estranha-se, sobretudo, a incapacidade de sistematização e ordenação da informação, sendo que o jornalista parece

passar de um para outro assunto sem grandes preocupações de seriação e organização interna dos dados.

Muito para além de todas as diferenças e semelhanças entre o que acontece nos dias de hoje e o que sucedia antigamente, é, apesar de tudo, importante realçar que a introdução da reportagem no jornalismo diário português muito deve ao *Diário de Notícias* (as primeiras foram sobre incêndios). O jornal também cultivou espaços virados para o leitor (curiosidades, artigos de instrução pública, como o texto atrás inserido sobre São Tomás, etc.) e publicou números especiais (e não meros suplementos). O primeiro saiu em 1870 e debruçava-se sobre a guerra franco-prussiana.

Deve-se igualmente ao DN a fuga ao grafismo tradicional no jornalismo português. Foi o DN o primeiro jornal a fazer páginas intensamente ilustradas, de que é exemplo a primeira página dedicada ao Carnaval, da autoria do artista Rafael Bordalo Pinheiro, publicada a 26 de fevereiro de 1895.



FIG. X – Sempre aberto à inovação, o *Diário de Notícias*, no último quartel do século XIX, publicou suplementos especiais com notícias de última hora, recorreu a infográficos e não hesitou em ilustrar uma primeira página com caricaturas.

Os folhetins também cedo fizeram a sua aparição no DN. Logo em 1870, entre 24 de julho e 27 de setembro, começou a ser publicado no jornal, sob a forma de cartas anónimas, *O Mistério da Estrada de Sintra*, da autoria de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Esse folhetim, primeiro romance policial da literatura portuguesa, teve um sucesso extraordinário e contribuiu para o sucesso do jornal, tanto quanto a introdução de rubricas de entretenimento e ilustração e de moda e assuntos femininos. O DN ia conquistando todos os públicos, incluindo as

mulheres e os jovens, ao contrário do que sucedia com a imprensa doutrinária, que quase somente suscitava o interesse da elite masculina politizada e de alguns operários, que adquiriam, gradualmente, consciência de classe.

A derradeira novidade introduzida pelo DN foi, porém, a da criação de uma secção de anúncios a baixo preço. Esses anúncios apresentavam-se mais ou menos organizados tematicamente (publicações, vendas, leilões...), o que facilitava a vida ao leitor, e possuíam títulos, que os sinalizavam. Essa opção teve popularidade instantânea. O lucro gerado pela publicidade crescente permitiu, depois, contratar mais colaboradores e adquirir novas rotativas e outros equipamentos que possibilitaram o constante aumento da tiragem. A publicidade tornava-se, finalmente, em Portugal, a fonte prioritária de rendimento de um periódico, o que permitia reduzir o preço por exemplar.

De facto, até ao surgimento do DN, os anúncios, em Portugal, eram poucos e caros e, por vezes, até era preciso alguém que recomendasse o anunciante ao editor de um periódico para que este publicasse um determinado anúncio. Para Alfredo da Cunha (1891: 97), o lançamento do DN marcou uma viragem, “o começo do desenvolvimento do anúncio como intermediário (...) dos negócios e condição indispensável para o bom êxito da maior parte das empresas”. À custa da popularização dos anúncios, criaram-se, inclusivamente, agências de anúncios, embriões das agências publicitárias atuais, como a Agência Primitiva de Anúncios, de Luís Maria Pereira de Braun Peixoto, mais conhecido por Peixoto dos Anúncios. Só no primeiro ano, o DN publicou 14402 anúncios, uma média de 48 por número, sendo que vinte anos depois, em 1865, já inseria 180 mil por ano, o que, inclusivamente, obrigou a aumentar as dimensões do periódico (Cunha, 1891: 100).

Obviamente, ontem como hoje, o DN foi criticado por causa da sua dependência da publicidade e por, alegadamente, ser um “elemento de decadência” por viver “do interesse do reclame e do anúncio” (Cunha, 1891: 101). Mas a acusação não ficou sem resposta. Por exemplo, no número de 28 de setembro de 1878 escrevia-se no DN que os jornais baratos apenas “alargaram os domínios da publicidade”, já que os anúncios existiam antes deles. Ironicamente, interrogava-se o DN se seriam perniciosos os anúncios “das modistas, dos médicos, dos fabricantes de elixires” que publicava. E acrescentava que, em todo o caso, ao publicar anúncios o *Diário de Notícias* estaria em boa companhia: na do *New York Herald*, do *Times*, do *Daily Telegraph*, do *Figaro*, do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, e outros. Para o DN, não seriam, assim, os anúncios, encarados como “instrumentos industriais”, que “escravizam, abatem e agrilhoam a imprensa”. Mais, “Se são exagerados e falsos, têm sempre o grande correctivo do escrutínio público”. Em acréscimo, Alfredo da Cunha (1891: 102) revela que o DN não autorizava a publica-

ção de anúncios da “vida particular” nem “publicações infamantes” e “perseguiu sem tréguas os autores de anúncios falsos”.

Assim, o DN vingou e prosperou. Graças ao baixo preço a que era vendido, deu, inclusivamente, origem a uma explosão do número de ardinhas (Cunha, 1891: 79-85), “moços dos jornais” que andavam pelas ruas propagandeando as notícias e vendendo periódicos, escapando a uma vida de mendicância e de extrema pobreza.

4. AS REPERCUSSÕES DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO PORTUGUÊS

Após a aparição do *Diário de Notícias*, a intenção comercial (o jornalismo voltado para o *negócio* e não para a política) e a ambição informativa da imprensa alastraram-se. O público estava ávido de notícias relevantes e interessantes, como prova a fundação ou reconversão editorial de vários jornais dentro da mesma linha editorial noticiosa, como o *Diário Popular* (Lisboa, 1866) e o *Jornal de Notícias* (Porto, 1866).

O sucesso dos jornais noticiosos generalistas “industriais” obrigou alguma imprensa a adaptar-se à nova situação, reorientando a sua linha editorial. Dois casos sintomáticos ocorreram no Porto. *O Comércio do Porto*, que tinha nascido, em 1854, essencialmente para veiculação de informação comercial e industrial, abriu-se a novos conteúdos noticiosos, transformando-se, gradualmente, num jornal de informação geral. Por seu turno, *O Primeiro de Janeiro*, fundado em 1869, cujo título evoca a Revolta da Janeirinha, no Porto (1 de janeiro de 1868), contra o imposto de consumo decretado pelo governo, nasceu como órgão simultaneamente político e noticioso, mas também evoluiu para um diário generalista comercial e, já no século xx, tornou-se o grande jornal de referência do Norte do país.

Outros jornais nascidos no final do século xix adotaram a mesma filosofia do *Diário de Notícias*, com destaque para *O Século*, fundado, em 1881, por um grupo de republicanos. Dando grande espaço à informação, embora sem abandonar as suas preocupações e posições políticas, com um grafismo inovador e praticando receitas copiadas da imprensa estrangeira, como o lançamento de edições ilustradas e a promoção de concursos, *O Século* tornou-se, no século xx, o jornal mais lido do país, com uma tiragem diária de 80 mil exemplares, suplantando o paradigmático *Diário de Notícias*, que se ficava pelos 70 mil (Carvalho, Cardoso e Figueiredo, 2005: 22). Para o sucesso de *O Século* terão também contribuído os

folhetins que publicava e os números especiais ilustrados de oito páginas publicados aos domingos (Tengarrinha, 1989: 237).

A rápida expansão do jornalismo noticioso independente originou, ainda, várias outras consequências, como sejam:

- 1) A rápida expansão do número de jornalistas (noticiaristas e repórteres) profissionais, de perfil técnico, apesar do mais elevado estatuto que continuavam a ter os jornalistas “eruditos”, muitos deles também engajados no combate político ou, pelo menos, ligados a determinados partidos (casos de Emídio Navarro, António Enes, Mariano de Carvalho, Barbosa Colen, Eduardo Noronha, Cunha e Costa, António Rodrigues Sampaio, José d’Alpoim, etc.) e do trunfo que, ontem como hoje, consistia a colaboração dos grandes nomes das Letras, Artes, Ciências e Humanidades num determinado jornal;
- 2) A divisão de trabalho nas redações e a fixação de uma hierarquia profissional (diretor; editor – co-responsável pelo conteúdo à luz da Lei de Liberdade de Imprensa; secretário de redação; redatores; repórteres; informadores);
- 3) A fixação do vocabulário específico e das competências e conhecimentos técnicos associados à profissão, o que origina frequentes apelos à formação específica – e até superior – dos jornalistas (ver, por exemplo: Aranha *et al.*, 1894);
- 4) A diferenciação entre o “estilo literário, erudito ou persuasivo” e o “estilo jornalístico”, apesar da grande consideração pública que tiveram publicistas e jornalistas formados na escola do jornalismo combativo e partidário, como França Borges, Raul Proença, Brito Camacho, Trindade Coelho, João Chagas e outros;
- 5) A fundação de organizações de classe, como as associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, que seriam o embrião do sindicalismo jornalístico;
- 6) A mobilidade dos jornalistas entre os órgãos de comunicação social, para ascenderem profissionalmente, por motivos salariais ou ainda porque, num país pobre e analfabeto como era Portugal, era comum os projectos jornalísticos ruírem com facilidade.

No entanto, o aumento do número de noticiaristas e a diminuição proporcional do número dos restantes colaboradores dos periódicos fez decair o prestígio da profissão de jornalista, crescentemente encarada como uma profissão técnica, apesar da mais-valia que para o jornalismo representou, ao longo de todo o século XIX, a colaboração de vários nomes ilustres das Letras e das Humani-

dades portuguesas com os jornais, como comentadores políticos, cronistas, ou mesmo autores de folhetins. Entre os vultos da cultura portuguesa oitocentista que colaboraram com jornais contabilizam-se, por exemplo, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Alexandre Herculano e Almeida Garrett, entre muitos outros.

Enquanto os altos vultos da cultura e da política portuguesa tinham por missão persuadir eruditamente o público ou então entretê-lo, adornando estilisticamente os periódicos com crónicas e folhetins, os noticiaristas tinham, como se referiu, atribuições essencialmente técnicas, nomeadamente elaborar notícias e reportagens sobre a vida quotidiana e traduzir notícias relevantes publicadas na imprensa estrangeira ou que (mais tarde) chegavam pelas agências. Assim, enquanto os altos vultos da cultura e da política praticavam, normalmente, um estilo profundo e complexo, por vezes de difícil apreensão, ou até quando praticavam um estilo destemperado, os noticiaristas, pelo contrário, cada vez mais se assumiam como os “verdadeiros” jornalistas, já uma espécie de classe profissional autónoma, com um conjunto de competências, conhecimentos e atribuições sociais específicas. Os noticiaristas consolidavam-se, assim, como um corpo de redatores técnicos, capazes de procurar, seleccionar, processar e difundir ágil, rápida e eficazmente informações úteis e socialmente relevantes, em textos simples, urbanos e acessíveis. Eram autênticos *profissionais da comunicabilidade dos acontecimentos*. Eram, enfim, repórteres.

A industrialização da imprensa e a profissionalização dos jornalistas também provocou mudanças no tecido empresarial da imprensa e na organização social do trabalho dentro dos órgãos de comunicação. O lançamento de novos periódicos passou, gradualmente, a ser da responsabilidade de grupos de indivíduos que, por motivos de negócio ou por comungarem das mesmas ideias políticas, constituíam sociedades por acções para o lançamento de jornais e revistas. O jornal lançado romanticamente pelo indivíduo isolado que nele fazia quase tudo, ou por pequenos grupos, deixava, passo a passo, de ter condições para competir e subsistir. As redações alargaram-se para albergar os noticiaristas, passando a necessitar, além do editor ou diretor, de um coordenador (o chefe de redação), a quem Tengarrinha (1989: 190) atribui o papel de alma do jornal português do final de Oitocentos. Normalmente, havia também nas redações um folhetinista, quase sempre uma personagem prestigiada das Letras, que elaborava os folhetins e redigia crónicas de literatura, artes e espectáculos. A redação completava-se com os colaboradores, incluindo os informadores, cuja missão era essencialmente o de informar do que acontecia. O crescimento das redações provocou, mais tarde, a sua divisão em secções.

A orientação lucrativa das novas empresas jornalísticas “industriais” oitocentistas também obrigou os periódicos a terem crescentemente em conta os interesses e necessidades informativas dos leitores. O jornal já não era feito apenas para quem escrevia e seus mais próximos correligionários, mas sim para a generalidade dos cidadãos. Assim, o leitor passou a figurar na lista de preocupações dos jornalistas e dos jornais, sendo sintomática a crescente apetência dos periódicos para a publicação de notícias enviadas pelo público e para a abertura de espaço editorial dedicado às “cartas dos leitores”. Cada periódico estabelecia uma espécie de contrato de leitura com o seu público, para que também o público fosse fiel ao “seu” jornal.

CONCLUSÕES

No terceiro quartel de Oitocentos, o jornalismo português era ainda um meio “pequeno” e diletante, marcado pelo jornalismo doutrinário e literário, cujos protagonistas transitavam da política para o jornalismo e do jornalismo para a literatura, e vice-versa. Fazer jornalismo confundia-se com o *fazer política* ou com o *fazer literatura*. Os “jornalistas” eram, sobretudo, “escritores de jornal” e políticos que faziam da colaboração com periódicos uma ocupação *amadora* e não uma profissão.

Nesse meio pequeno e claustrofóbico, todos se conheciam e comungavam da vida boémia dos teatros e botequins, conforme o próprio Eduardo Coelho revela nas memórias de que se serviu Alfredo da Cunha (1891) para elaborar a sua biografia. Opunham-se uns aos outros, ou apoiavam-se uns aos outros, por vezes sem vestígios de cordialidade e urbanidade, mas sim de forma destemperada e insultuosa.

Fundado por Eduardo Coelho e Tomás Quintino, a partir de um modelo idealizado pelo primeiro, o *Diário de Notícias* veio mudar esse estado de coisas. Adivinhava-se o seu surgimento, devido aos exemplos do estrangeiro mas também devido às publicações que, anteriormente, tinham procurado conquistar as franjas populares da sociedade para o consumo regular de jornais. Mas o DN foi mais longe, propondo-se ser – e tornando-se, na realidade – um jornal independente e interclassista, lido pelas elites e pelas pessoas comuns, por homens e mulheres, por jovens adultos e por idosos, graças à enorme variedade de conteúdos que publicava sobre os mais diferentes assuntos. No DN, pontificavam as *notícias*, de *todo* o Portugal e do estrangeiro. O seu noticiário, muitas vezes criticado pelas elites por dar atenção ao crime e a trivialidades, ocupava a maior parte

da mancha gráfica, enquanto os periódicos doutrinários o reduziam a duas ou três colunas numa página.

Graças a essas características, o DN teve êxito imediato e, em vinte anos, quadruplicou a tiragem e intensificou a sua circulação, o que lhe permitiu tornar-se uma voz pública activa e poderosa, mas, por vezes, também incómoda, e que, principalmente, se substituiu à representação parlamentar, pois arvorava-se o direito de representar os portugueses.

O modelo jornalístico do *Diário de Notícias*, financiado pelo crescente afluxo de publicidade, que, ademais, dava bom retorno aos investidores, foi imitado e o seu sucesso contribuiu para o desaparecimento de muitos pequenos jornais doutrinários, que lhes viram fugir assinantes, compradores e anúncios publicitários. O DN transfigurou, assim, a imprensa portuguesa, tendo sido o grande responsável pela reconversão modernizadora do jornalismo em Portugal, que, com ele, para o bem e para o mal, entrou na sua fase industrial e profissionalizada. E todo esse modelo teve um idealizador: Eduardo Coelho.

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez, J. T. (1987). *Historia y modelos de la comunicación en el siglo XX*. Barcelona: Ariel.
- Brito Aranha, [P. V. de] et al. (1894). *Rapport de la section portugaise au 1er Congrès International de la Presse, en Anvers*. Lisboa: Imprensa Universal.
- Cunha, A. da. (1891). *Eduardo Coelho. A sua vida e a sua obra. Alguns factos para a história do jornalismo português contemporâneo*. Lisboa: Diário de Notícias/Tipografia Universal.
- Cunha, A. da. (1914). *O Diário de Notícias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*. Lisboa: Diário de Notícias/Tipografia Universal.
- Emery, M. e Emery, E. (1978). *The press and America. An interpretive history of the mass media*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Erbolato, M. (1978). *Técnicas de codificação em jornalismo*. 4.^a edição. Petrópolis: Vozes.
- Folkerts, J. e Teeter, D. (1989). *Voices of a Nation. A history of the media in the United States*. New York: MacMillan.
- García González, G. (1999). La conformación de la moderna prensa informativa (1848-1914). In: J. L. Gómez Mompart, J. L. & E. Marín Otto (eds.), *Historia del periodismo universal*. Madrid: Síntesis.
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Nilsson, N. G. (1971). *The origin of the interview*. *Journalism Quarterly*, 48 (4): 707-713.
- Schudson, M. (1978). *Discovering the news. A social history of American newspapers*. New York: Basic Books.
- Sousa, J. P. (2008a). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: J. P. Sousa (coord.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (12-93). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2008b). Uma história breve do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In: J. P. Sousa (coord.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (93-118). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Stephens, M. (1993). *História das comunicações. Do tantã ao satélite*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Tengarrinha, J. M. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.^a edição revista e ampliada. Lisboa: Caminho.